



## 1. Identificação da consulta pública

Período da consulta	Horário				Local	Coordenação da consulta
01/11 a 30/11/2025	Início:	12h00	Término:	23h59	Portal do TCEES	Secretaria Geral de Controle Externo

## 2. Objetivo

Oferecer à sociedade a oportunidade de contribuir com a seleção das ações de controle externo a serem realizadas em 2026 pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), por meio da indicação dos cinco potenciais problemas públicos mais importantes, em razão de seu impacto na vida da população.

## 3. Contribuições apresentadas na consulta pública

Descrição da contribuição
a) Com o objetivo de qualificar a escolha dos problemas públicos, o número de situações-problema pré-definidos disponíveis para a consulta pública de 2026 foi limitado a 25. Ressalta-se que todas as opções possuem fundamento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e estão dentro da esfera de competência de atuação do Tribunal de Contas.
b) A consulta pública contou com a participação de 301 pessoas, totalizando 1.268 votos em opções pré-definidas e 273 contribuições extras de livre sugestão. A ampla maioria dos participantes são servidores públicos, compreendendo 75,8% do total. Contudo também houve contribuições de pessoas da iniciativa privada, autônomos e estudantes, conforme apresentado no Gráfico 1, constante do Anexo Único.
b) Na Tabela 1, inclusa no Anexo Único desta ata, são apresentados os votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública para 2026, ordenados pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 ao qual estiver vinculado.
b) Na Tabela 2, inclusa no Anexo Único desta ata, são apresentados os votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública para 2025, ordenados por votação.
c) No Gráfico 2, incluso no Anexo Único desta ata, é apresentada a curva de Pareto referente à votação dos problemas públicos na consulta pública para 2026.
d) No Quadro 1, incluso no Anexo Único desta ata, é apresentada uma lista das sugestões extras apresentadas na consulta pública para 2026.
e) Acompanha esta ata planilha com os dados brutos das contribuições apresentadas.

## 4. Fechamento da ata

Data da ata	Elaboração da ata
-------------	-------------------

Em 15/12/2025.

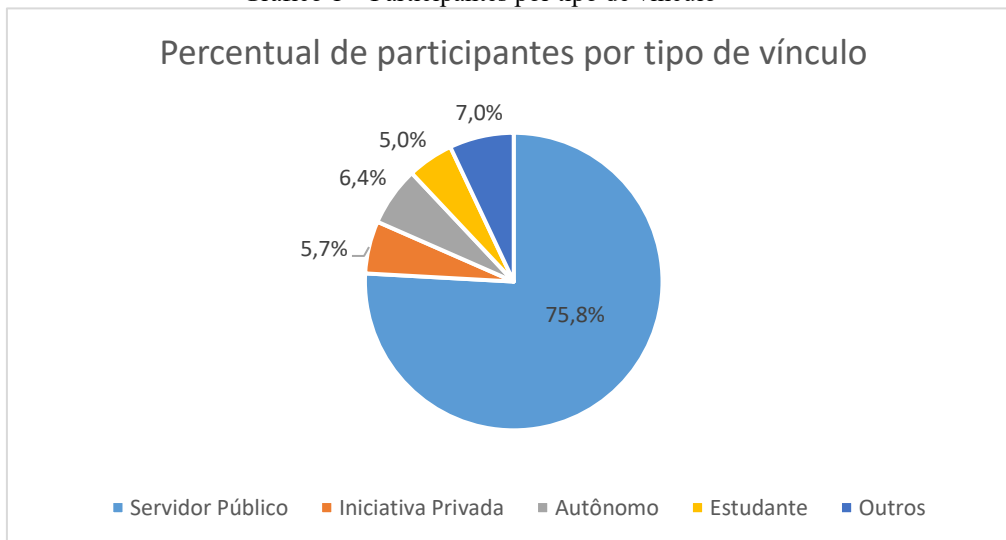
Secretaria Geral de Controle Externo.





## **Anexo Único – Resultados da consulta pública**

Gráfico 1 – Participantes por tipo de vínculo



Elaboração própria.





Tabela 1 - Votos recebidos pelos problemas públicos, ordenados por ODS

ODS	Situação-problema	Votos	% Participantes (Votos/301)	% Votos
01 - Pobreza	Pessoas que vivem nas ruas, sem ter uma casa	93	30,90%	7,33%
03 - Saúde	Dificuldade para conseguir consulta, exame e tratamento de saúde	135	44,85%	10,65%
03 - Saúde	Falta de remédios e/ou vacinas nos estabelecimentos de saúde	63	20,93%	4,97%
04 - Educação	Alunos que terminam a escola sem saber ler, escrever e fazer contas direito	106	35,22%	8,36%
04 - Educação	Escolas públicas com estrutura ruim, que prejudica os alunos	76	25,25%	5,99%
04 - Educação	Falta de vagas em creches e pré-escolas para as crianças	59	19,60%	4,65%
04 - Educação	Crianças e jovens que abandonam a escola antes de terminar os estudos	28	9,30%	2,21%
05 - Gênero	Falta de acesso a informações e serviços de saúde da mulher e planejamento familiar	14	4,65%	1,10%
06 - Água e Saneamento	Falta de rede de esgoto e coleta de lixo para a população	42	13,95%	3,31%
06 - Água e Saneamento	Falta de água para abastecer as cidades e a agricultura	12	3,99%	0,95%
09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Falta de obras de rodovias e/ou pontes de qualidade	27	8,97%	2,13%
09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Iluminação pública deficiente ou inexistente	10	3,32%	0,79%
11 - Cidades	Transporte público de baixa qualidade, caro e que não atende a todos	57	18,94%	4,50%
11 - Cidades	Crescimento desorganizado das cidades, com moradias em áreas de risco	36	11,96%	2,84%
11 - Cidades	Falta de prevenção a desastres, como enchentes e deslizamentos	35	11,63%	2,76%
11 - Cidades	Falta de moradia digna e com preço justo para as famílias	33	10,96%	2,60%
11 - Cidades	Falta de praças e parques seguros e bem cuidados para o lazer da população	26	8,64%	2,05%
13 - Clima	Pessoas que sofrem com os efeitos das mudanças no clima (mais calor, chuvas fortes)	17	5,65%	1,34%
16 - Instituições	Falta de servidores suficientes e capacitados, prejudicando o funcionamento dos órgãos	96	31,89%	7,57%
16 - Instituições	Compras do governo com preço alto, baixa qualidade ou com favorecimento	85	28,24%	6,70%
16 - Instituições	Órgãos públicos lentos, burocráticos e com pouca tecnologia, que não entregam resultados	79	26,25%	6,23%
17 - Meios de Implementação	Governo gastando mais do que arrecada, comprometendo as finanças públicas	56	18,60%	4,42%
17 - Meios de Implementação	Risco de desequilíbrio nas previdências públicas, afetando as finanças dos governos locais	43	14,29%	3,39%
17 - Meios de Implementação	Falta de investimentos do governo em obras e serviços importantes	28	9,30%	2,21%
18 - Étnico-Racial	Dificuldade para que indígenas e negros tenham acesso serviços públicos de qualidade	12	3,99%	0,95%

Elaboração própria.





Tabela 2 - Votos recebidos pelos problemas públicos, ordenados por votação

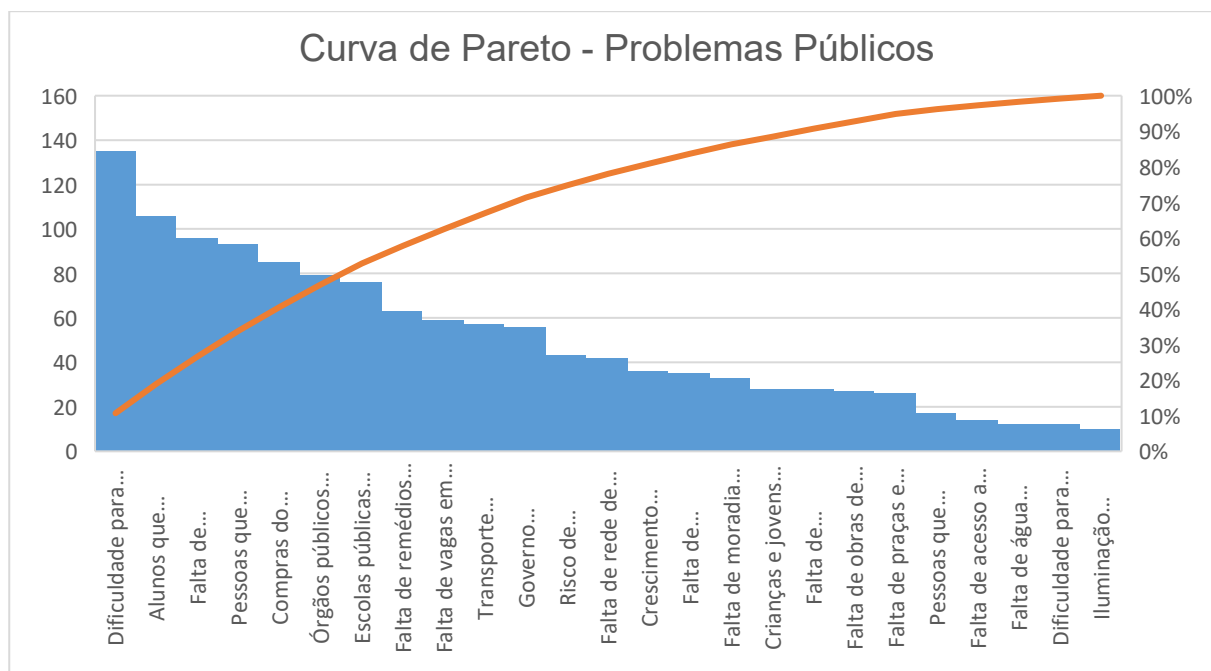
ODS	Situação-problema	Votos	% Participantes (Votos/301)	% Votos	% Acum.
03 - Saúde	Dificuldade para conseguir consulta, exame e tratamento de saúde	135	44,85%	10,65%	10,65%
04 - Educação	Alunos que terminam a escola sem saber ler, escrever e fazer contas direito	106	35,22%	8,36%	19,01%
16 - Instituições	Falta de servidores suficientes e capacitados, prejudicando o funcionamento dos órgãos	96	31,89%	7,57%	26,58%
01 - Pobreza	Pessoas que vivem nas ruas, sem ter uma casa	93	30,90%	7,33%	33,91%
16 - Instituições	Compras do governo com preço alto, baixa qualidade ou com favorecimento	85	28,24%	6,70%	40,61%
16 - Instituições	Órgãos públicos lentos, burocráticos e com pouca tecnologia, que não entregam resultados	79	26,25%	6,23%	46,84%
04 - Educação	Escolas públicas com estrutura ruim, que prejudica os alunos	76	25,25%	5,99%	52,83%
03 - Saúde	Falta de remédios e/ou vacinas nos estabelecimentos de saúde	63	20,93%	4,97%	57,80%
04 - Educação	Falta de vagas em creches e pré-escolas para as crianças	59	19,60%	4,65%	62,45%
11 - Cidades	Transporte público de baixa qualidade, caro e que não atende a todos	57	18,94%	4,50%	66,95%
17 - Meios de Implementação	Governo gastando mais do que arrecada, comprometendo as finanças públicas	56	18,60%	4,42%	71,37%
17 - Meios de Implementação	Risco de desequilíbrio nas previdências públicas, afetando as finanças dos governos locais	43	14,29%	3,39%	74,76%
06 - Água e Saneamento	Falta de rede de esgoto e coleta de lixo para a população	42	13,95%	3,31%	78,07%
11 - Cidades	Crescimento desorganizado das cidades, com moradias em áreas de risco	36	11,96%	2,84%	80,91%
11 - Cidades	Falta de prevenção a desastres, como enchentes e deslizamentos	35	11,63%	2,76%	83,67%
11 - Cidades	Falta de moradia digna e com preço justo para as famílias	33	10,96%	2,60%	86,27%
04 - Educação	Crianças e jovens que abandonam a escola antes de terminar os estudos	28	9,30%	2,21%	88,48%
17 - Meios de Implementação	Falta de investimentos do governo em obras e serviços importantes	28	9,30%	2,21%	90,69%
09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Falta de obras de rodovias e/ou pontes de qualidade	27	8,97%	2,13%	92,82%
11 - Cidades	Falta de praças e parques seguros e bem cuidados para o lazer da população	26	8,64%	2,05%	94,87%
13 - Clima	Pessoas que sofrem com os efeitos das mudanças no clima (mais calor, chuvas fortes)	17	5,65%	1,34%	96,21%
05 - Gênero	Falta de acesso a informações e serviços de saúde da mulher e planejamento familiar	14	4,65%	1,10%	97,31%
06 - Água e Saneamento	Falta de água para abastecer as cidades e a agricultura	12	3,99%	0,95%	98,26%
18 - Étnico-Racial	Dificuldade para que indígenas e negros tenham acesso serviços públicos de qualidade	12	3,99%	0,95%	99,21%
09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Iluminação pública deficiente ou inexistente	10	3,32%	0,79%	100,00%

Elaboração própria.





Gráfico 2 - Votos recebidos pelos problemas públicos, curva de Pareto



Elaboração própria.

Quadro 1 - Sugestões extras apresentadas na consulta pública, em ordem alfabética

Sugestões Extras
50% de perdas salariais no Cargos técnicos dos órgãos ambientais estaduais
A maioria das pessoas que têm imóveis e recebem renda de aluguel não paga imposto sobre esses valores. Sonegam.
A Secretaria de Meio Ambiente está sufocando o IEMA e retirando desse órgão sua autonomia e suas atribuições. O sucateamento do IEMA e demais órgãos ambientais compromete diretamente a autonomia e eficiência desses órgãos. O Estado precisa agir como mediador e gestor do patrimônio público, como seu guardião e tutor, tem responsabilidades para com essas e as futuras gerações. Mas a SEAMA está transformando a natureza em um balcão de negócios e a entregando aos setores mais predatório do mercado. Ou alguma instância superior regula e contém isso ou tudo será entregue e destruído.
Ações de combate e prevenção de desvios de recursos públicos na administração.
Ações legais/efetivas sobre receptadores de produtos ilegais e/ou roubados.
Acompanhamento e fiscalização nos repasses feitos a entidades (análise na desigualdade de valores repassado as diferentes entidades e qual entidade realmente presta serviço necessário a população, como está sendo empregados esses recursos)
Administração dos diretores com recursos da escola
Afastamento imediato dos comissionados das cadeiras do conselho de direito do município de Vila Velha-ES (COMCAVV), pois a secretária e a subsecretária que são comissionadas no órgão de promoção, também ocupam cadeira no órgão de controle o Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Criança e Adolescente (COMCAVV)
Agir conjuntamente com o TCU para fiscalizar o cronograma de cumprimento de prazos e outras situações da BR 101. Mesmo que se trata de uma rodovia federal, aqui no ES. Ela impacta na vida da população capixaba.
Ampliação do número de vagas para alunos do ensino fundamental na PMS em Bairros como Colina de Laranjeiras, Parque Residencial Laranjeiras e Valparaíso e para Escola de tempo integral.
Ampliação e modernização da infraestrutura tecnológica das escolas públicas, incluindo acesso à internet de qualidade.





Sugestões Extras
Análise da implementação da contabilidade de custos e a sua utilização para a tomada de decisão, pois não basta ter uma ferramenta para cumprir apenas uma regra e não a utilizar com a finalidade de tornar os serviços públicos cada vez mais eficiente ou mesmo informar ao contribuinte quanto custa manter determinado órgão ou política pública. Isso vale tanto para os municípios quanto para o Estado. Além de dar ampla divulgação aos resultados.
Animais abandonados
Aplicação indevida de recursos
Aprovação de alunos inaptos, nas redes de ensino públicas, apenas para manter e/ou elevar os índices de escolaridade do governo, de modo que os dados não refletem a realidade
Apurar as denúncias e realmente fiscalizar o dinheiro público.
Apurar e investigar as denúncias do executivo e legislativo
Arrecadação e uso dos Fundos constituídos com recursos dos serviços cartoriais, Farpen, Funepj, Fadespes, Fempes, Fundo de Procuradorias.
arrecadação ruim por falta de fiscalização
Asfaltos de má qualidade, recapeamento sem planejamento e de péssima qualidade.
Assaltos e violência por parte de delinquentes em Vila Velha (embaixo da 3ª Ponte)
Assédio moral nos órgãos e entidades
Auditar folhas de pagamentos por desequilíbrio nas despesas com pessoal.
Auditar horas máquinas. Máquinas contratadas para terraplanagem e semelhantes
Auditar modelos de acesso ao serviço público.
Auditar quantidade relação de servidores efetivos e contratados, necessidade de concurso público.
Auditar também a contra-partida, as empresas que fazem licitação, principalmente essas ref. câmaras sem papel, ascamves, muitas compras que apesar de serem legais são imorais
Auditoria em Folha de Pagamentos dos municípios, muitas verbas pagas irregularmente como Hora-extra.
Auditoria no transporte escolar. Gasto exorbitante por alunos, linhas fantasmas,
Aumento de ocorrências de assaltos e furtos em áreas urbanas, pontos de transporte público, o que compromete a segurança dos cidadãos e a tranquilidade nas atividades cotidianas.
Aumentos Nominais no lugar de uma revisão geral anual justa deverá ser banida.
Ausência de Efetividade nas Políticas Públicas.
Ausência de monitor para crianças com laudo.
Ausência ou insuficiência de monitoramento e avaliação das políticas públicas
Autorizações de Supressão Florestal pelo IDAF em Áreas de Floresta primária
Avaliação dos serviços prestados nas rodovias e valores cobrados no contrato das empresas que administram as rodovias privatizadas.
Baixa industrialização, maior participação do setor de transformação, de manufaturas
Capacitação específica para secretários.
Capacitação técnica dos servidores em troca de mandato. Povo inicia totalmente despreparado ao ponto de prejudicar o andamento das atividades.







Sugestões Extras
Capacitação, instrução processual, diligências e amparo legal.
Cargos de comissão sem função de chefia
Cargos executivos dos órgãos ambientais estaduais com salários defasados
Cestas básicas para pessoas realmente carentes
Chamada dos excedentes do Concurso do Magistério da Serra.
Código penal ultrapassado para menores 18 anos e estatuto do eca ultrapassado para o jovem de hoje.
Coleta seletiva de lixo. Na minha cidade há uma boa coleta de lixo, porém não há a separação entre lixo reciclado e não reciclado.
Combate à desinformação nos meios de comunicação com conceção pública. Ao invés de regulamentar e censurar a livre expressão do povo, deveria se buscar punir aquelas mídias que possuem o poder dado pelo Estado para transmitir a informação em massa para a população e o fazem de forma irresponsável, tendenciosa e, muitas vezes, mentirosa.
Compras do governo na área de Tecnologia da Informação sem efetividade.
Concessão de parques estaduais PEDUC
Concessão de serviços públicos com a piora no fornecimento e aumento dos custos pra população.
Condição salarial do servidor público municipal (falta de reajuste legal).
Consórcios públicos terceirizando serviço aos municípios ao invés de ofertar concurso público
Contratação excessiva de funcionários comissionados
Contratações Integradas de obras sem o devido acompanhamento da qualidade e das quantidades executadas
Contratações irregulares (acúmulo de cargos) e com duração superior a 2 anos.
Contrato sem licitação de 8 milhões, como foi o caso da empresa Ernst & Young para fazer estudo para implantação do turismo em massa nos parques estaduais. PEDUC
Contratos de terceirizados na área de Tecnologia da Informação.
Contratos e Licitações
Controles Internos insuficientes e/ou atuando como se fossem controle externo.
Controles Internos sem capacitação, desvalorizados, desmotivados e sem apoio da gestão.
CPID, sob a gestão da secretaria estadual de ciência e tecnologia, custeando o desenvolvimento de projetos de pesquisa dos alunos de graduação e pós graduação da UFES e IFES, ao invés de atender o estado. Os laboratórios de ponta estão cheios de alunos destas instituições por serem mais modernos que os das próprias instituições. No mínimo, existem gastos de água e energia elétrica durante todo o tempo.
Criminalidade alta em pessoas abaixo de 18 anos
Cuidar da saúde do servidor
Curso profissional
Custo e qualidade da merenda escolar.
Defasagem salarial dos servidores públicos do executivo estadual levando a evasão de mais de 35% dos novos concursados.
Defensoria Pública, Conselho Tutelar e outros órgãos públicos precisam ser monitorados ao vivo com câmeras de imagem e áudio, pois está tendo muito abuso de Autoridade, muito mesmo eu mesma já fiz denuncia na Ouvidoria e não recebi nenhum retorno





Sugestões Extras
Demora no atendimento nos postos de saúde, e na UPA. E horário de atendimento nos postos de saúde poderiam ser até mais tarde. Ex.: 07:00 às 20:00 para atender toda a população.
Depois que o serviço é contratado exemplo óculos a qualidade do produto o rendimento não é possível mais de 3 meses para fazer um óculos de baixa qualidade que quebra. Com frequência principalmente por armações rececada ou seja quando levo a ótica esculto que a armações era produto de descarte pois esta rececada como se 4 meses que peguei no cre metropolitano
deputado, Prefeito e secretario participando de ganhos por contratação de empresa.
Deslocamento de pacientes para atendimento médico em outro município sendo que no seu, também oferece o serviço.
Despesa com pessoal alta
Desvalorização salarial dos servidores da administração pública.
Desvio de função
Diárias de Vereadores sem motivos justos
Dificuldade de acesso a especialidades médicas para diagnóstico e tratamento de doenças crônica
Dificuldade em agendar cirurgias eletivas pelo sus
Dificuldade em obter carteira de identidade
Dificuldade que a população tem em acessar os serviços públicos inclusive Saúde. Precisam deixar o acesso acessível.
Digitalização da Administração Pública como forma de coibir a improbidade administrativa
Distribuição correta do dinheiro do Fundeb, que esse dinheiro não seja desviado para outros órgãos que não seja para educar.
Dívida Pública a comprometer o orçamento anual via pagamento de juros
Eleger e a acompanhar de perto os grandes contratos de obras e serviços públicos em geral.
Elevada Carga Tributária indireta a comprometer os preços finais de bens de consumo e serviços
equilíbrio orçamentário
esses dias chegou até mim um caso de um agente penal que está afastado por burnout por anos. Estudando mais o assunto, percebi que acontecem muitos casos. Ou seja, desperdício do recurso público por má gestão de pessoas em uma instituição pública. Sugestão: a gestão de pessoas nas instituições públicas está acontecendo de forma adequada a prevenir o adoecimento (e, porventura, afastamento) dos seus servidores?
Estrutura de diálogo entre empresas de mobilidade e o governo para adequação de quantidade e qualidade dos transportes coletivos
Estrutura física precária dos órgãos públicos dificultando a prestação do serviço a população e causando diversos problemas aos servidores.
Excesso de cargos comissionados em desvio de função.
Excesso de cessão de servidores públicos e muitos sendo o único servidor no cargo.
Excesso de contratados temporários e comissionados nas prefeituras
Excesso de funcionários via consorcio, sendo que existe uma fila para ser chamado no concurso publico
Excesso de profissionais em designação temporária
Excesso de servidores temporários e comissionados
Excessos de processos de dispensa de licitações, fracionamento de objetos e falta de planejamento nas compras públicas







Sugestões Extras
exceto de servidores comissionados de vereadores com salários cada vez mais altos e muitos nem na câmara ficam e muito menos trabalham, cade a economicidade do setor público
Excesso de adesão a ATAS Milionárias
Exigir das creches escolas e faculdades ações de conscientização sobre a importância de cuidarmos do pouco que restou de natureza como parques praças mangues etc
Existência de ciclovias com boa estrutura e que cubra a cidade da Serra, especialmente nas vias de maior circulação de carros e caminhões, de maneira adequada.
Facilitar o cadastro do GV BUS gratuito p estudantes no próprio terminal de ônibus
Falta de acessibilidade para pcd
Falta de apoio a pais que possuem crianças dentro do espectro AUTISTA. Existe inclusive uma perseguição aos trabalhadores públicos e privados, como se tivessem escolhido, passar por tal situação.
Falta de coleta seletiva
Falta de coleta seletiva de resíduos e de logística reversa
Falta de concurso público
Falta de controle e auditorias internas do governo devido à falta de estrutura do órgão de controle interno estadual, gerando desperdício de dinheiro público.
Falta de controle tecnológico que garanta a qualidade dos serviços prestados.
Falta de cursos de qualificação para os servidores, cursos bons porque quando são cobrados fazem uma palestra sem referência nenhuma e falam que é curso de qualificação e a verba destinada para este fim muitas das vezes são gastas com viagens aonde os cargos de chefia já recebem verbas para isso vão e ficam mais passeando do que aprendendo. Então acho que deveriam fiscalizar essas verbas municipais
Falta de estruturação e qualificação técnica nos cargos de direção da administração tributária, que não são exercidos por servidores de carreira específica, mas mediante mera indicação política. Remuneração dos Auditores Fiscais é desestimulante e não observa as recomendações do TCE do processo 2.645/2017.
Falta de fiscalização adequada pelo poder público nas contratações públicas.
Falta de fiscalização, construções irregulares, ausência projeto e infraestrutura de rede de esgoto e escoamento de drenagem de água
Falta de investimentos e incentivos para uma educação de qualidade que ensinem as crianças e jovens de verdade!
Falta de médicos
Falta de padronização e instruções de serviços para que seja entregue o melhor serviço possível, ou seja, falta de gestão e organização dos órgãos, além de falta de atuação do órgão de controle interno buscando a melhoria da gestão
Falta de policiamento
Falta de prestação de serviços e má qualidade nos serviços das empresas CESAN e EDP no abastecimento de água, energia e tratamento de esgoto conforme o a lei e o contrato com o governo.
Falta de professores efetivos nas redes municipais
Falta de punição para bandidos, criminosos e corruptos. Negligência, conivência e prevaricação que beneficiam o crime em detrimento da segurança do povo
Falta de punição para menores de 18 anos.
Falta de qualidade, compartilhamento, transparência, privacidade dos dados governamentais.
Falta de segurança pública
Falta de Serviço jurídico gratuito.





Sugestões Extras
Falta de transparência dos honorários de sucumbência devidos aos advogados públicos.
Falta de uma universidade estadual
Falta de utilização de Inteligência Artificial nos órgãos públicos, com intuito de mitigar a morosidade nos processos públicos.
Falta mais transparência nas compras e gastos do estado com os recursos públicos!
Falta retorno do Hospital Evangélico para marcar especialista da área de Oftalmologia
Fazer com que as crianças, filhos de pais que necessitam trabalhar, sejam amparados por creches, até zerar as vagas de espera para estas crianças nos municípios da Grande Vitória.
Fiscalizar os locais de trabalho que estão totalmente sem infraestrutura para os servidores públicos trabalharem. Existem locais que pertencem a prefeitura de vila velha que não há ventilação adequada para os funcionários trabalharem em dias quentes, não há quantidade de bebedouro adequado os funcionários tem que comprar água para beber, não tem a quantidade de banheiro adequado para atender ao número de servidores.
Fim de cargos comissionados, e a ocupação de cargos em instituições públicas apenas mediante comprovação de capacidade técnica e experiência mínima
Fiscalização da obra de duplicação da BR447 (Estrada de Capuaba), de acesso ao porto de Vila Velha (TVV), que anos foi iniciada e está paralisada e a ponte parou na base e a antiga está com risco de cair.
Fiscalização da obra no centro de vila velha no caminho da floresta, rua joao folegatti. Contrato da empresa é de manutenção e não de pavimentação
Fiscalização da situação física dos prédios onde funcionam as sedes das prefeituras dos municípios.
Fiscalização das câmaras municipais
Fiscalização das ouvidorias recebe reclamações e não dá retorno praticamente todos mas a do MP mistério publicado cansei de reclamar da defensoria na ouvidoria sobre atendimento e funcionários e nunca me deram resposta o atendimento continua o mesmo sem qualidade
Fiscalização de contratos, principalmente de organizações sociais
Fiscalização de empresas em manutenção de estradas
Fiscalização dos recursos do Fundeb
Fiscalização nas unidades de saúdes, praticamente todas não têm uma estrutura adequada para que os profissionais possam oferecer um serviço de qualidade a população, sobre todo nas cidades interioranas
Fiscalização para evitar ilegalidades no legislativo e no judiciário
Fiscalização sobre a aplicação de recursos federais, principalmente aqueles vinculados na saúde e de emendas parlamentares
Fiscalização sobre pagamento de impostos de quem recebe aluguel.
Fiscalizar as prefeituras que contratam temporários todo ano, fazem concurso e não chamam os aprovados, e todo ano enchem as prefeituras de temporários, cabide de emprego, comprometendo o serviço público.
Fiscalizar distribuição de verbas extras para vereadores e diminuição dos postos comissionados do gabinete dos vereadores.
Fiscalizar o executivo e legislativo.
Fiscalizar o executivo municipal e seus gastos
Fiscalizar o transporte escolar dos municípios em que o Estado não repassa os recursos suficientes e os municípios tem que bancar com os seus próprios recursos obrigações que seriam do Estado, porém, como é um tema sensível, os prefeitos municipais aguentam calados com medo da repercussão negativa que uma paralisação de tais serviços lhes causariam nas suas imagens.
Fiscalizar todos os gastos de prefeituras e governo, quanto mais quando esse tem a intenção de vir candidato ao senado ou ao Governo. Esses políticos desviam descaradamente em obras públicas. Fiscalizar essas obras.





Sugestões Extras
Formalização da coleta de preços e preço médio.
Formalização dos processos de pagamento.
Fortalecimento das ações preventivas contra desastres naturais e monitoramento meteorológico e climático municipal permanente.
Fortalecimento das políticas públicas para a arborização urbana e implantação de áreas verdes, com o objetivo de mitigar os efeitos das ilhas de calor nas cidades capixabas. Isso inclui o planejamento, plantio e manutenção de árvores em áreas urbanas, praças e parques, promovendo o conforto térmico, a qualidade do ar e o bem-estar da população. Além disso, recomenda-se o monitoramento e a fiscalização do cumprimento das normas ambientais relacionadas à preservação ambiental urbana e manejo sustentável das áreas verdes.
Essa proposta valoriza o controle climático local e contribui para cidades mais resilientes, saudáveis e agradáveis para viver, alinhando-se a demandas crescentes por sustentabilidade urbana.
Fundações de administração da saúde e suas aquisições e expansão, como a fundação Inova capixaba, para que a expansão ocorra com a devida cautela
Gastando acima do permitido
gastando o que não tem
Gasto com reformas em materiais não adequados (estrutura de ferro e etc. exposto a maresia região litorânea).
Gastos abusivos e sem planejamento com festas milionárias (através de adesões, inexigibilidades, licitações e dispensas), como estão sendo elaborados esses processos?
Gastos exacerbados com diárias e passagens aéreas
Geração de emprego formal
Gestão de resíduos: coleta seletiva
Gestão em cessão de bens pelo município as associações principalmente equipamentos agrícolas.
Gestores que não entendem o papel do Controle Interno.
Governo gastando com servidores comissionados, mesmo tendo recursos humanos efetivos qualificados para ocupar funções, comprometendo as finanças públicas.
Honorários advocatícios recebidos dos Procuradores de Estado e Municípios e limite remuneratório
Hospitais com profissionais recém-formados e não preparados para atendimento adequado.
Impermeabilização das cidades e aumento dos riscos de enchentes
Inadimplência das Prefeitura Municipais quanto ao pagamento de notas fiscais de itens adquiridos.
Indiquei sobre a questão de falta de medicamentos exclusivamente porque o meu parceiro é diabético tipo 1, recebe por decisão judicial que ele tem o direito de receber os insumos de tratamento, mas o posto de Vitória tem faltado com a entrega mensal de alguns desses medicamentos e produtos, como cateter para bomba de insulina. Os próprios trabalhadores na farmácia popular alegaram que é recorrente a falta desse insumo essencial para o tratamento.
Infraestrutura escolar, pessoal e gestores. Reciclagem, cursos. Escolas e professores funcionam como estivessem da década de 80
Inserir no currículo escolar desde a primeira idade educação ambiental e cidadania
Instituição de programas de desempenho funcional para melhorar a autoestima do funcionário público estadual e municipal
INTEGRAÇÃO (SITEMA PUBLICO UNICO QUE ABRANGE TODAS AS ÁREAS(SAÚDE/EDUCAÇÃO/FROTA/FINANÇAS/ORÇAMENTO/OUTRAS)
Investimento e custeio dependente exclusivamente com receitas de Exploração de minerais.





Sugestões Extras
INVESTIMENTO E FISCALIZAÇÃO NAS GESTÕES DE QUALIDADE DOS ORGÃOS PÚBLICOS
Investimento em trabalho não auxílio.
Investimento na educação
Investimento nas famílias.
INVESTIMENTOS NAS RODOVIAS COM DUPLICAÇÃO PARA EVITANDO ACIDENTES E DEMANDAS PARA A SAUDE PÚBLICA
Lei Orçamentária com valor superestimado para fugir dos índices de contratações. Contratados em processo seletivo em vagas superior ao existente em lei municipal.
Levantamento do número de pobres por município e as ações realizadas pelo Estados e Municípios para a redução da pobreza
Licenciamentos ambientais em APPs, nas Montanhas Capixabas.
licitações com ata de preço (compradas) com preços bem superiores se fizesse pesquisa normal de compra e com qualidade bem inferior, comprar ata para compra corriqueiras, como material de consumo, expediente, limpeza por preguiça de fazer processo, num órgão pequeno que não tem tanto volume de trabalho, e ainda produtos de qualidade duvidosas
Limpeza urbana oferecendo risco de doenças (dengue, escorpiões, ratos )
Má gestão de obras públicas, gastos ineficientes, obras sem qualidade, com altos custos.
Má qualidade do ensino público (análise de uma forma mais abrangente, englobando conteúdo ensinado, estrutura escolar, alimentação, etc.)
Maior atenção nas compras por dispensas de licitação, com a nova lei o valor ficou muito alto para os municípios pequenos, podendo acontecer superfaturamento.
Maior atenção nas contratações cidades pequenas sofrem com a falta de concursos públicos havendo alto número de funcionários comissionados, que acabam por fazer atividades corriqueiras, sem chefia ou direção conforme CF, favorecimento de parentes de políticos e secretários.
Mais capacitação para gestores públicos, como prefeitos, presidentes de Câmaras, etc, sobre compras públicas
Mais policiamento nas ruas, principalmente nas comunidades com intenso tráfico de drogas
Mais saneamento para as comunidades onde tem valão
Mais verba para saúde, e fiscalizar o uso das vagas, muita fraude
Mobilidade urbana na grande vitória.
Montar destacamento militar nas comunidades
Não aproveitamento dos títulos acadêmicos para valorização do servidor estadual
Não permitir a terceirização dos parques naturais do Espírito Santo NÃO AO PEDUC
Não permitir o abandono e descaso com as áreas verdes, parques, praças, áreas de preservação e manguezais do Espírito Santo
Necessidade urgente de auditar RH's das prefeituras e câmaras.
No bairro Cobilândia precisa de uma creche no período integral para atender com as mães que precisa trabalhar fora
Número excessivo de shows e festas com dinheiro público
O estado e as prefeituras deveriam fazer mais investimentos em creches/berçários e escolas de ensino fundamental/médio de tempo integral!
O governo do estado do Espírito Santo contratou, sem licitação, a empresa Ernest & Young para um estudo de concessão dos parques ecológicos capixabas. Tal estudo propôs uma série de intervenções como: bondinhos, tirolesas, restaurantes, hotéis, etc, dentro dessas





Sugestões Extras
unidades de proteção integral, o que fere a categoria de proteção dessas Unidades de Conservação e ameaça seriamente sua frágil e fundamental biodiversidade.
O Governo do Estado realizou contrato com a empresa de consultoria Ernst & Young, por R\$ 8,6 milhões, sem licitação, para fazer modelagem de concessões no Parques Estaduais (Unidades de Conservação de Proteção Integral). Existem outras consultorias, mesmo brasileiras, habilitadas a fazer a modelagem, não justificando a ausência de licitação. A empresa tem processos em outros tribunais por fraudes. Não foi realizada a análise ambiental dos impactos das intervenções, só há um biólogo na equipe e o estudo contém erros grosseiros.
O impacto dos créditos suplementares na credibilidade do Orçamento Público.
O TCES tem competência para arguir a inconstitucionalidade de Lei Estadual e Municipal que atribuiu alíquota patronal menor que a dos servidores públicos estaduais e municipais sem equidade ou solidariedade com o RPPS.
Obras de engenharia de valores vultuosos sem fiscalização efetiva por órgãos de controle.
Obras de engenharia, com menos de 5 anos de conclusão, onde deveria ser acionada a garantia contratual e, contudo, são estabelecidos contratos indevidos de manutenção.
Obras de mobilidade verde em vias públicas, como faixas de ciclismo e segurança nas áreas.
Obras paralisadas
Obras paralisadas nos municípios
Obras super faturadas
Opções de meios de transporte, malha rodoviária, ferroviária, aquaviário e a efetividade desses meios nas cidades. Atualmente enfrentamos problemas com a quantidade de carros nas ruas e transportes públicos ineficientes, seria interessante apontar alternativas viáveis.
Órgãos sem servidores suficientes para atender ao interesse público.
Os jovens precisam estar atualizados com a tecnologia, pois há possibilidade destes jovens seguirem um caminho decente, caso não estejam interligados ou interessados neste estudo, há grande chance para serem encaminhados ao crime. O Espírito Santo é um ótimo estado e está sendo visado. Precisamos proteger nossos adolescentes.
Os Parques Ecológicos capixabas estão abandonados pelo Estado. São parques muito pequenos, de fácil manutenção e gestão. A secretaria de meio ambiente possui fartos recursos advindos das condicionantes ambientais e de tantas outras fontes das empresas que geram impactos ambientais. Se negar a aplicar esse recurso na manutenção dos parques e gastá-los para um estudo de concessão dessas unidades a iniciativa privada, nesse modelo de alto impacto de turismo de massa, configura no mínimo má fé e improbidade administrativa.
Os policiais tinham q averiguar as maiorias dos moradores de rua, se tiver sem documento leva pra delegacia pra ter certeza.
Os RPPS precisam investir mais no Tesouro Direto em vez de investir em instituições financeiras com produtos de alto risco.
Pagar o incentivo financeiro dos ACS e Ace, e não gastar o dinheiro em outros lugares
Pagar tudo que o servidor público tem direito
Pesquisas de Preços mal elaboradas, sem ampla pesquisa de mercado, comprometendo o resultado das compras publicas
Péssimo atendimento nos postos e Centros de saúde
Pessoas em situação de rua que fica engravidar todo ano minha irmã tem 12 filhos moradora de rua 1 por ano o governo na faz nada quando procuro saúde pública ou secretaria fala que hoje não tem política pública para ela como assim
Pessoas usuário de drogas
Planejamento das secretarias de saúde para o enfrentamento da falta de sazonalidade de doenças em decorrência das mudanças do clima (dengue, etc)
Planejamento urbano totalmente desordenado, principalmente nas regiões pobres
Plano de contingência para prevenir desastres ambiental e nos períodos de chuva, Tratamento de esgoto, construir estações de tratamento de esgoto separar o esgoto da água de chuva.







Sugestões Extras
Políticas públicas mal planejadas por falta de estudos, clareza do problema e base teórica.
Políticos eleitos usando os serviços públicos para promoção pessoal.
Pouco concursos
Poucos auditores fiscais e procuradores municipais concursados
Precarização dos Pronto Atendimentos (PAs), levando a população a buscar atendimento em PAs de outros bairros, como o PA da Enseada do Suá.
Prédios importantes da administração pública que não possuem sede própria, pois é importante que haja essa conquista perene
Prefeituras com muitos cargos comissionados e muito desvio de função.
Presença crescente de moradores de rua em áreas públicas, pois além de ocupar praças e calçadas, muitos acabam contribuindo para a degradação do espaço urbano, gerando sensação de insegurança e dificultando o uso desses locais pela população.
Preservação e recuperação ambiental
Principalmente no caso dos moradores de ruas, conheço alguns que são foragidos...
Promover nas escolas momentos com professores com atendimento psicológico
Providências para retirar moradores de ruas, visto que nós temos que trabalhar para nós e para eles e sustentar, não posso utilizar a praça pública que eu pago imposto e ele não
Quantidade em excesso de servidores comissionados fazendo atividades que não são de confiança e sim de cargos que deveriam ser oferecidas em concursos públicos. E também não acho que muitos cargos de chefia deveriam ser para servidores efetivos
Que em entidades como o IEMA, ao emitirem Instruções normativas ou outra forma de legislação, as mesmas sejam feitas por servidores devidamente capacitados, ouvindo os trabalhadores e técnicos da área, e façam audiências públicas de verdade, não pseudo audiência para que nenhum cidadão seja prejudicado. prejudicando o funcionamento dos órgãos. Ex.: Instrução normativa da Lei 11.077/2019 - Criação de Abelhas Nativas feitas sem ouvir os Meliponicultores ou entidades representativas da classe.
Que os órgãos públicos como o IEMA (conforme o estabelecido em lei) facilitem e desburocratizem as normas, em vez de as tornar quase impossíveis de realizar para a maioria do cidadão.
Que os políticos realmente não trabalhem para encher seus bolsos, mas sim trabalhem para bem do Brasil e do povo Brasileiro.
Que seja fiscalizado os absurdos abonos pagos ao final de cada ano cujo objetivo parece ser cumprir o gasto mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB com profissionais da Educação, porém - gestores, inclusive secretários municipais de educação - desprovidos de planejamento com a coisa pública ou simplesmente mal intencionados, e querendo ganhar votos destes profissionais, inflam tais abonos para complementarem o gasto mínimo de 25% da receitas de impostos e transferências com o Ensino, fazendo de tais abonos um verdadeiro engodo com os recursos destinados à educação, driblando, inclusive a boa-fé desta Corte de Contas. Não bastasse, muitos secretários municipais de Educação que são servidores efetivos, atuam em causa própria não gastando os recursos do ensino durante ano, para, ao final do exercício pagarem gordos abonos que beneficiarão a se próprios, e ainda, restringem para receber salários mensais com os recursos do FUNDEB, exclusivamente professores para no final exercício sobrar mais dinheiro para que os seus próprios abonos sejam mais vultuosos. Exemplos de 2024. São Roque do Canaã e Jaguaré.
Realizar fiscalizações presenciais e de forma rotineira nos municípios capixabas, com a utilização de equipes multidisciplinares.
Reforma Tributária e impactos nos municípios
Reserva de recursos para os impactos das mudanças climáticas.
Revisão da tabela de emolumentos CGJES, a falta de revisão viola a isonomia e a progressividade tributária
Ruas da grande Cobilândia Vila Velha tudo esburacada cheia de remendos
Sala de Educação Infantil superlotadas, pois a secretaria de educação quer enxugar folha de pagamento colocando alunos acima do limite permitido por lei.
Salários defasados dos professores







Sugestões Extras
Saneamento básico desigual. Mais praças, parques e ruas arborizadas.
Saúde Pública: impedimentos de contratação (servidor público)
Segurança Pública
Segurança publica
Segurança pública alto índice de criminalidade crescendo nos municípios
Seria providencial diligências por parte do TCEES como se fazia antigamente.
Servidor que não trabalham, fica recebendo na folha de Pagamento exemplo Rita Kiefer
Servidor (médico) usando os estabelecimentos públicos para fins lucrativos em benefício próprio
terceirização de cargos administrativos (SAAE)
Transparência ativa
Transparência com a devida publicação de seus atos.
Transporte escolar de péssima qualidade e caro
Tratamento de esgoto na baía de Vitória. Vi plásticos e garrafas pets sendo despejadas ao mar por uma tubulação de esgoto, no centro de Vitória. Deveria existir um tratamento e uma inspeção destas tubulações.
Um FISCAL DE ATENDIMENTO PUBLICO RODANDO E SENTADO SEM IDENTIFICACAO EXPOSTA, E PESQUISANDO A POPULAÇÃO SOBRE OS ATENDIMENTOS RECEBIDOS, denúncias, reclamações etc
Urbanismo público, áreas de uso verde, como parques e uma melhor arborização principalmente no período de verão.
Usar a tecnologia da saúde unificar o controle de marcação de consultas e as regulações para que o cidadão possa saber como está o processo
Valorização dos servidores públicos municipais efetivos, muitas vezes o profissional não fica muito tempo no setor por causa do baixo salário. Mesmo o serviço técnico precisando de graduação o profissional não é valorizado.
Vandalismo em espaços públicos, como pichações em praças, monumentos e prédios públicos, além de calçadas mal cuidadas, que afetam a estética urbana e podem representar riscos à segurança dos pedestres.
Varrição de ruas mal ou não executada
Verificação mais efetiva por parte do TCEES quanto a empenhos e compra efetuadas sem o devido processo legal.
VERIFICAR ALTO INDICE DE COMISSIONADO EM PREFEITURAS, COM CONCURSO VIGENTE E NÃO CHAMAM OS APROVADOS EM CADASTRO DE RESERVA
VERIFICAR AS ATAS FEITAS NOS CONSORCIOS QUE MUITAS DAS VEZES NÃO É UTILIZADA NO PROPRIO ESTADO E SIM PARA ESTADOS DE FORA
VERIFICAR AS COMPRAS ALTISSIMAS EM CONSORCIOS PUBLICOS, ATAS DE PARQUINHOS, ATAS DE ARVORES DE NATAL, ATA DE MOBILIARIO, ATA DE LIVROS
Vias públicas estaduais mal conservadas

Elaboração própria.

